

# SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> .....	11
<i>Introdução</i> .....	13
1 O OLHAR IMPERIAL E A INVENÇÃO DA ÁFRICA .....	17
A África inventada .....	17
Repensando o continente africano .....	23
África: um continente em movimento .....	33
2 O PROCESSO DE “ROEDURA” DO CONTINENTE E A CONFERÊNCIA DE BERLIM .....	45
O impulso de “roedura” .....	45
Os missionários e os exploradores .....	53
A Conferência de Berlim e a partilha .....	59
3 O “NOVO IMPERIALISMO” E A PERSPECTIVA AFRICANA DA PARTILHA .....	71
Os significados de imperialismo .....	71
O “novo” imperialismo .....	76
A partilha e a conquista na perspectiva africana .....	79
4 “CIVILIZADOS” E “PRIMITIVOS” NA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA COLONIAL AFRICANO .....	91
Notas sobre o “imperialismo colonial” .....	91
Acerca dos sistemas coloniais .....	95
As estruturas de poder .....	101
As políticas de assimilação e de diferenciação .....	104

5	OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NA ÁFRICA .....	109
	O desafio à autoridade: a concretização das resistências .....	109
	A resistência cotidiana e o banditismo social.....	125
	Alguns desafios para a historiografia .....	129
6	O PAN-AFRICANISMO.....	131
	A noção de raça: dominação e resistência.....	131
	A África para os africanos! (Kuame Nkrumah) .....	136
	O pan-africanismo como questão política.....	147
	Os congressos pan-africanos .....	153
7	ENTRE A CONCEPÇÃO E A AÇÃO .....	157
	Os pensares sobre o direito ao autogoverno .....	157
	Articulação de interesses e organização de solidariedades .....	166
8	A NOVA ORDEM POLÍTICA E A QUESTÃO COLONIAL .....	175
	O período entre guerras: algumas questões econômico-sociais .....	175
	O impulso revolucionário.....	180
	Contestação e resistência .....	184
	Os novos atores políticos .....	187
9	AS VÁRIAS NEGOCIAÇÕES DO IDEAL DE INDEPENDÊNCIA: DO PRAGMATISMO À INTOLERÂNCIA E AOS RACISMOS .....	193
	A predominância da transformação pacífica: Gana, Nigéria, Gâmbia e Serra Leoa .....	193
	Nacionalismo expansionista e religiosidade nacionalista libertária: Sudão Central e Egito .....	207
	Identidade e nacionalidade: Somália e Djibuti.....	214
	A “siasa” e a busca da independência: Tanzânia e Uganda.....	217
	A intolerância e os racismos: Zanzibar e Namíbia.....	229
	Independência às avessas – discriminação racial e dependência econômica: Maláui, Zâmbia e Zimbabué .....	235
	A teia de segregações: África do Sul, Suazilândia, Lesoto e Botsuana .....	246

10 AS ESPECIFICIDADES DOS CAMINHOS PARA A INDEPENDÊNCIA EM DIFERENTES ESFERAS IMPERIAIS .....	269
O impulso revolucionário na África setentrional: Marrocos, Tunísia e Líbia.....	269
A apropriação europeia do Índico e os destinos de Madagascar, Comores, Maurício, Reunião e Seychelles .....	305
Libéria, Etiópia e Eritreia: qual independência? .....	321
11 O GRADUALISMO COMO ESTRATÉGIA DOMINANTE PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL.....	337
A desagregação do império francês e o ambiente histórico: Guiné, Mali, Senegal, Costa do Marfim, Alto Volta, Benin, Níger, Mauritânia, Chade, República Centro-Africana, República do Congo e Gabão .....	337
Os territórios sob tutela: Togo, Ruanda e Burundi .....	415
Possessões espanholas – Da autonomia à revolução: Canárias, Saara Ocidental e Guiné Equatorial.....	431
12 RUMO À REVOLUÇÃO POSSÍVEL .....	439
A falsa reciprocidade e os processos revolucionários: República Democrática do Congo, Camarões, Argélia e Quênia .....	439
13 AS ROTAS PARA A INDEPENDÊNCIA E O FIM DO “ULTRACOLONIALISMO” .....	501
O império português e a questão colonial na África.....	501
O sistema colonial em questão: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique .....	518
<i>Epílogo</i> .....	611
<i>Apêndice 1: Quadro geopolítico do continente africano do imperialismo colonial de fins do século XIX até as independências.....</i>	617
<i>Apêndice 2: Mapa geopolítico do continente africano .....</i>	627
<i>Créditos das ilustrações, dos mapas e das vinhetas e legendas das vinhetas.....</i>	629
<i>Fontes das ilustrações</i> .....	639
<i>Bibliografia</i> .....	643

# PREFÁCIO

## Um retrato sem moldura

Aconteceu num debate, num país europeu. Da assistência, alguém me lançou a seguinte pergunta:

– Para si, o que é ser africano?

Falava-se, inevitavelmente, de identidade *versus* globalização. Respondi com uma pergunta:

– E para si, o que é ser europeu?

O homem gaguejou. Não sabia responder. Mas o interessante é que, para ele, a questão da definição de uma identidade se colocava naturalmente para os africanos. Nunca para os europeus. Ele nunca tinha colocado a questão ao espelho.

Recordo o episódio porque me parece que ele toca uma questão central: quando se fala de África, de que África estamos falando? Terá o continente africano uma essência facilmente capturável? Haverá uma substância exótica que os caçadores de identidades possam recolher como sendo a alma africana?

Leila Leite Hernandez conhece a resposta. Ou melhor, a impossibilidade da resposta. Afinal, é a própria pergunta que necessita ser interrogada. São os pressupostos que carecem ser abalados. E onde se enxergam essências devemos aprender a ver processos históricos, dinâmicas sociais e culturas em movimento.

A África vive uma tripla condição restritiva: prisioneira de um passado inventado por outros, amarrada a um presente imposto pelo exterior e, ainda, refém de metas construídas por instituições internacionais que comandam a economia.

A esses mal-entendidos somou-se uma outra armadilha: a assimilação da identidade por razões da raça. Alguns africanos morderam essa isca. A afirmação afrocentrista sofre, afinal, do mesmo erro básico do racismo branco: acreditar que os africanos são uma coisa simples, uma categoria uniforme, capaz de ser reduzida a uma cor de pele.

Ambos os racismos partilham o mesmo equívoco básico. Ambos se entreajudaram numa acção redutora e simplificadora da enorme diversidade e da complexidade do continente. Ambos sugerem que o “ser” africano não deriva da história, mas da genética. E no lugar da cultura tomou posse a biologia.

Outro lugar-comum nesses exercícios de dar rosto ao continente africano é o peso concedido à tradição. Como se outros povos, nos outros continentes, não tivessem tradições, como se o passado, nesses outros lugares, não marcasse o passo do presente. Os africanos tornam-se, assim, facilmente explicáveis. Basta invocar razões antropológicas, étnicas ou etnográficas. Os outros, europeus ou americanos, são entidades complexas, reservatório de relações sociais, históricas, econômicas e familiares.

Leila Leite Hernandez esteve atenta a todo este universo de equívocos. Seu texto percorre esse mar de enganos e constitui-se como um permanente alerta. Como ela escreve a dado passo: “[...] a África ao sul do Saara, até hoje conhecida como África negra, é identificada por um conjunto de imagens que resulta em um todo indiferenciado, exótico, primitivo, dominado, regido pelo caos e geograficamente impenetrável”.

É esta a marca primeira e mais profunda dessa procura em Leila Hernandez: o desfazer permanente de estereótipos e o convite para um olhar aberto, disponível e crítico. Leila Leite Hernandez conhece bem os terrenos minados dessa procura de identidades. Todo seu percurso, ao longo deste texto, é um aviso aos falsos navegantes. O destino, aqui, é a própria viagem. São as dinâmicas próprias e os conflitos particulares que definem identidades plurais, complexas e contraditórias. O rosto do continente só existe em movimento, no conflito entre o retrato e a moldura. A sala de aula para a qual Leila está conduzindo a África não é um lugar fechado, mas uma proposta de uma relação nova com algo que se pensava, de antemão, já conhecer.

*Mia Couto*

# INTRODUÇÃO

*A África na sala de aula: visita à história contemporânea* reúne as aulas de história da África ministradas no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, de 1998 a 2003. É constituído por um conjunto de idéias, muitas das quais provêm de autores aqui resenhados, para apresentar alguns temas quase desconhecidos entre nós, que poderiam ser agrupados sob o título de “imperialismo colonial, racismo e lutas por liberdades”.

Carrego a esperança de que esta escritura suscite críticas, questões e debates capazes de inspirar pesquisas, multiplicando a quantidade e a qualidade de estudos sobre dilemas da contemporaneidade no continente africano. Busco também uma aproximação com o leitor, sobretudo para dar livre curso à evidência e à crítica das pré-noções, dos preconceitos e das lacunas do conhecimento que alimentam equívocos capazes de quase divinizar ou demonizar as características culturais próprias da África.

Não é sem propósito o fato de que há nestes escritos uma intersecção metodológica que permite estudar a África sob o prisma de uma unidade temática, o que inclui as terras do norte do Saara, tratando do Magrebe e do Sael, assim como da Líbia e do Egito, por considerar que a história dos povos aí encontrados pertence não só ao Mediterrâneo, mas também à África como um todo, pois, não obstante seu pluralismo, apresentam similaridades que podem ser identificadas, como os modos de nascer, pensar, plantar, colher, caçar e comercializar produtos. Mas, em especial, unem-se contra a repressão e a violência física e simbólica próprias do colonialismo, que impuseram aos povos africanos a pobreza, a fome, a ausência de escolaridade formal e a privação de direitos e liberdades. No entanto, essa perspectiva está muito distante de considerar a África um continente homogêneo, um todo imaginariamente indiviso. Apenas foi escolhido um método próprio da sociologia histórica que acolhe a interdisciplinaridade, destacando o papel múltiplo e contraditório da África, inserindo-a na história universal. Seu amplo escopo de abrangência não só permite contemplar as características de uma dinâmica estrutural, regular e fortemente recorrente, como também inspira que se problematize um conjun-

to de questões próprias das especificidades de um continente que é um verdadeiro caleidoscópio, no qual se apresentam diversos mosaicos de heterogeneidades.

Quanto à narrativa, não segue o ordenamento cronológico, mas a problemática proposta. A periodização, por sua vez, apresenta-se circunscrita a duas dimensões: a primeira diz respeito à tentativa de compreender os fundamentos da África contemporânea, integrando em seu conjunto temas que fazem parte de um amplo arco temporal situado entre fins do século XIX e meados do XX. A segunda dimensão contempla cada tema com seus problemas particulares, sugerindo periodizações específicas.

Os capítulos podem ser divididos em quatro grupos, cada um deles com um eixo central. O primeiro grupo é formado pelos três capítulos iniciais. Nele são explorados os preconceitos e as pré-noções acerca da África, com o objetivo de desmontar a idéia da aistoricidade do continente africano, apontando seu dinamismo interno evidenciado pelos intercâmbios comerciais e culturais. Também há uma forte preocupação em oferecer uma síntese da historiografia sobre o continente, com destaque particular à tradição oral africana, para o conhecimento de inúmeros aspectos históricos, políticos, sociológicos e antropológicos próprios de seus vários povos. É importante salientar que os termos “Estado”, “reino” e “império” são heranças ocidentais da antropologia funcionalista, da qual a vertente marxista da antropologia política não escapou, contaminando quase toda a historiografia. Deixa, assim, mal definidas as especificidades das estruturas políticas dos povos africanos. Esse é um ponto no qual a história coloca desafios à teoria, necessitando ser enfrentado por um conjunto de pesquisas, o que está fora dos limites deste livro. Ainda nesse primeiro grupo, apresentamos o processo de “roedura” do continente, desde o século XV, tendo como marcos a Conferência de Berlim, a partilha e a conquista, salientando o protagonismo africano, em particular nas lutas contra a perda da soberania e as resistências contra o poder europeu que violava a cosmogonia africana.

O segundo grupo, por sua vez, é formado pelo quarto e quinto capítulos, que estão unidos pela natureza própria do colonialismo e por mecanismos e instrumentos de dominação dos diferentes sistemas coloniais, com ênfase na burocracia colonial fundada no exercício da violência, no etnocentrismo e, em particular, no racismo, tendo como contraponto os movimentos de resistência que eclodiram em todo o continente africano.

Os capítulos 6, 7 e 8 integram o terceiro grupo. São motivados pela intenção de analisar o papel das elites culturais diante das questões de política e identidade. Neles exploram-se os processos de formação da consciência nacional, do protonacionalismo e dos nacionalismos, tanto continentais, cuja unidade é cen-

trada, sobretudo, na idéia de uma etnia africana, como os específicos de cada território fundados na idéia de nação, ainda que por vezes utilizada como termo intercambiável de etnia. Também se propõe compreender como a África se insere na história política propriamente dita, das complexas interconexões que insinuam aspectos políticos e ideológicos dentro do continente e com os demais, propiciando organização de interesses e articulação de solidariedades, somando esforços para as lutas contra a dependência em suas diversas formas.

Por fim, nos capítulos de 9 a 13 enfrenta-se o imenso desafio de compreender como as “elites africanas” incorporaram ao ideal de independência os projetos de reformulação institucional e de modernização econômica, social e política. Também se ressaltam as diferentes estratégias de luta, da negociação à guerra de guerrilhas, acentuando que, não raras vezes, as duas estratégias coexistiram para que as independências fossem alcançadas.

Uma preocupação central foi resistir à maneira corrente de tratar o tema das independências, matizando a tipologia usual construída com base no dualismo metrópole–colônia, como se cada um dos impérios ultramarinos na África se desenvolvesse de modo predominantemente homogêneo. Pretendo evidenciar a complexidade e as múltiplas especificidades da história das várias Áfricas, sem excluir os elementos que também fazem parte de uma totalidade, ainda que atuando em diferentes graus de intensidade. Proponho projetar nas categorias que apresento modos de pensar os movimentos de independência com base em dois registros. O primeiro refere-se, mais que ao entrelaçamento, às interdependências mútuas da história dos povos africanos com a história das nações européias e também dos EUA. O segundo, por sua vez, diz respeito à compreensão das diversas formas de resistência aos mecanismos específicos de exploração, ocupação e domínio colonial efetivo, reunindo os espaços geopolíticos africanos conforme suas especificidades histórico-culturais centrais e recorrentes, que sobredeterminam as demais. Em outras palavras, parece fundamental oferecer uma explicação que seja endógena a cada espaço geopolítico africano, recordando a variedade das culturas pré-coloniais e apontando para a importância de repensar os projetos nacionais dos movimentos de independência. Com esta proposta, não pretendo esgotar as possibilidades de agregar os diversos movimentos de independência, mas apenas oferecer um possível recorte analítico para discussão.

Dito isso, gostaria de sublinhar que a escolha dos temas apresentados deixou de lado outros, alguns apontados em notas de pé de página. Estes e muitos mais, de inequívoca relevância, merecem ser pesquisados, dando impulso à incipiente historiografia brasileira sobre a África. Outra informação refere-se aos



vocábulos islâmicos e africanos. Quanto aos primeiros, foi adotado o sistema de transliteração usado por Dominique e Janine Sourdel em seu *Dictionnaire historique de l'Islā* (Paris: PUF, 1996). No segundo caso, o leitor, de quem espero benevolência, pode encontrar palavras com grafias distintas no texto e nos mapas. Não me aventurei sequer a aporuguesá-las. Tentei padronizá-las, mas ainda assim poderão ser encontradas palavras com variantes de grafia, devido à minha hesitação no momento de escrevê-las.

Um último registro. Há diferenças entre as aulas – enriquecidas pelo diálogo com os alunos, o que possibilita retomar e aprofundar a análise de diversos aspectos dos temas apresentados, agregar problemas e refazer argumentos – e os capítulos de um livro, os quais se oferecem para ser pensados, o que inclui retomar o trabalho de reflexão do autor como ponto de partida para novos pensamentos. É quando ao autor cabe, silenciosamente, deixar entrever suas fragilidades.

*São Paulo, abril de 2005.*